

Do rolo ao e-book: uma breve história do formato do livro

From the scroll to the e-book: a brief history of book formate

EMANUEL MADALENA*

PALAVRAS-CHAVE: Livro, Formato do livro, História do livro, História da leitura.

KEYWORDS: Book, Book format, History of the book, History of reading.

Ao escolher um livro para levar para a cama, para ler à secretária ou no comboio ou para oferecer, tomo em consideração tanto a sua forma como o conteúdo. Segundo a ocasião, conforme o lugar onde decidi lê-lo, assim prefiro algo pequeno ou ligeiro ou de formato grande e substancial. Os livros revelam-se através dos seus títulos, dos seus autores, do lugar que ocupam num catálogo ou numa estante, das ilustrações da capa: os livros também se revelam pelo tamanho. De acordo com o tempo e o lugar, espero que certos livros tenham determinada aparência, e, como acontece em todas as modas, essas características transitórias determinam uma qualidade precisa na definição do livro. Julgo um livro pela capa; julgo-o pelo tamanho.

Alberto Manguel (2010: 135).

Introdução – o formato (também) é a mensagem

O formato é uma das características básicas do livro, anterior ao seu *design* e definido, normalmente, pelo conteúdo – ou, mais precisamente, pelo tipo de livro que o conteúdo pretende insinuar. Assim, «o que o autor escreve num livro não é tudo o que conta para o livro. [...] Um romance alto e fino, ou um pequeno e quadrado, é uma afirmação de que o livro não é aquilo que se espera.»

* Universidade de Aveiro, Centro de Línguas, Literaturas e Culturas.

(Hendel, 1998: 11). O formato do livro surge geralmente de forma natural, como veremos, quer pela simetria do códice como pelas fronteiras da anatomia humana, definindo uma relação entre o conforto no manuseamento e na leitura e as necessidades do conteúdo. Dessa forma, como refere Jorge Peixoto na introdução à edição portuguesa de *O Livro* (McMurtrie, 1997), é o leitor «a grande personagem que determina a feitura do livro», dando o exemplo do *paperback*, que «expressa o nosso tempo e o tipo de leitor-médio característico da época atual, tal como o incunábulo representa com fidelidade o humanista» (McMurtrie, 1997: ix). Com efeito, o formato do livro submeteu-se sempre, ao longo dos tempos, à utilização pretendida e às preferências do leitor, conjugadas com a criatividade de quem o estabelece. Por isso, o formato do livro:

[é] uma longa caminhada desde o incunábulo quatrocentista, ainda sujeito ao cânone estético do manuscrito medieval, até ao livro de bolso dos nossos dias, com o seu grafismo tão característico. Mas tal caminhada, para lá de uma tecnologia e de uma manifestação estética, é sobretudo a expressão de mentalidade e de situações económico-sociais que definem o leitor. (McMurtrie, 1997: ix).

No entanto, o formato do livro também é restringido e/ou orientado por dois princípios fundamentais: por um lado, pelas possibilidades técnicas e materiais, cuja evolução acompanharemos neste trabalho; e, por outro lado, pelas condicionantes naturais de manuseamento e utilização do livro, no geral e nas mais diversas situações específicas, como também abordaremos. Herbert S. Bailey (1990), falando nestas circunstâncias sobre a importância do formato, refere:

Some books must be large to accommodate pictures or make a certain impression, while others should be small and neat. The publisher has great latitude in choosing a format for any particular book: he can compress it to make it less formidable and to save money on printing and paper and binding, or he can expand the number of pages to justify a higher price. Obviously, the choice of a format has effects on manufacturing costs which must be taken into account as the plan for publication is developed. (Bailey, 1990: 142).

A mais recente edição do *Dicionário do Livro* de Maria Isabel Faria e Maria da Graça Pericão (2008: 567) define o formato como a «disposição do livro em relação ao número de vezes em que a folha foi dobrada», ou a «altura e largura dos livros expressa em centímetros». Como veremos, o formato do livro esteve ligado, desde os seus primórdios, ao tamanho do papel e ao número de

dobras (Eliot / Rose, 2007: 210), pelo que é essa a sua definição clássica, mas é interessante verificar que essa mesma entrada no *Dicionário* também inclui já uma referência ao formato como conceito da informática.¹ Embora o *e-book* ainda não tenha um espaço definido na história do livro, é neste novo suporte de leitura, com a sublimação digital do formato e a sua completa reinvenção e reconceptualização, que qualquer perspectiva histórica sobre o formato do livro deve terminar.

Apesar do capítulo inteiramente dedicado ao formato do livro na informal *História da Leitura* de Alberto Manguel (2010), e embora se encontre bastante informação sobre o tema, esta apresenta-se sempre no contexto de outras obras de carácter mais geral, e sempre de forma não sistematizada, nomeadamente nas *histórias do livro*. O principal objetivo deste trabalho é dar um breve contributo para uma perspectiva histórica sobre o formato do livro, com o intuito de melhor se compreender não só a sua evolução e prerrogativas naturais, mas também, por exemplo, a sua influência no acesso, utilização e perceção da qualidade do livro. Para isso, em resposta à fragmentação que referimos, este artigo reúne uma história do formato do livro desde os seus primórdios até à atualidade, resgatando-a do contexto mais abrangente das suas histórias gerais. Entre outros assuntos, abordam-se as características do formato do livro e as principais circunstâncias que o definem, e apresentam-se as condições técnicas e materiais que mais influenciaram os formatos, fornecendo-se exemplos concretos sempre que sejam relevantes pela sua importância histórica, pela representatividade que têm no seu contexto ou pelas suas características de exceção.

À falta de bibliografia específica sobre o formato do livro, baseámo-nos num corpo teórico contido, mas plural e representativo, dentro da área da história e dos estudos do livro. Assim, as nossas fontes surgem principalmente da bibliografia sobre dois assuntos gerais, que por vezes se intercetam: as histórias do livro, no geral, e as perspectivas transversais sobre *design* editorial. Restringimos ao máximo as fontes *on-line* pelo carácter duvidoso que muitas vezes apresentam, utilizando-as principalmente como proveniência de exemplos concretos para a última secção do artigo.

Este trabalho segue, sempre que possível, uma estrutura linear, que começa com os formatos dos primeiros suportes de escrita, detém-se no códice e na

¹ «Arranjo ou organização dos dados no suporte que irá servir de veículo de entrada no computador», por exemplo, ou ainda a «Em informática, disposição estruturada de um suporte de dados; disposição dos próprios dados. Estrutura da informação em ambiente eletrónico.» (Faria / Pericão, 2008: 567).

sua evolução, e termina com as possibilidades atuais que os desenvolvimentos da tecnologia trouxeram ao formato do livro. No entanto, o intuito de contextualizar as características, a importância, e a influência do formato ao longo dos tempos, não só na leitura e na sua massificação, mas também na apreciação do valor do livro, obriga a olhares transversais ou anacrônicos pelo tema, nomeadamente nas duas últimas partes do artigo, que se debruçam sobre o valor do formato e os exemplos que fogem ao comum.

Os primeiros formatos

Como toda a escrita precisa de um suporte, podemos começar a falar de formatos ainda antes de podermos falar em livros. Depois dos primeiros vestígios primordiais de “escrita” que, no fundo, constituem as pinturas rupestres do Paleolítico Superior, há 40.000 anos, e, de forma já mais simbólica, no Neolítico, de 8.000 a 3.000 a.C., surge a escrita ideográfica, seguida pela escrita fonética e primeiros alfabetos. Desenvolvida pelos Sumérios e os Acádios no Médio-Oriente, especificamente na região entre o rio Tigre e o rio Eufrates – a Mesopotâmia –, a escrita cuneiforme era um sistema de pictogramas gravados com um instrumento com a ponta em forma de cunha (sendo esta a origem do seu nome) numa placa de argila fresca (Figura 1), cozida depois em fornos ou colocada a secar ao sol (Dahl, 1958: 14). O desenvolvimento desta escrita, acompanhando o período em que a sua civilização prosperou, do século VI ao I antes de Cristo, embora «nascida de forma tão humilde», acabou por se tornar «um instrumento fundamental de comunicação e um instrumento do pensamento» (Canaveira, 1994: 8).

Para isso contribuiu de forma decisiva o formato que lhe está associado – as placas passíveis de serem transportadas –, possibilitando que estes dois povos inventassem até o correio, a correspondência, e os envelopes (Figura 2), feitos também em argila (Canaveira, 1994: 8).

Ao mesmo tempo, vão surgindo outros sistemas nas civilizações do Egito e da China, por exemplo, e novos formatos onde fixá-los. Além da argila, escrevia-se também em matérias duras como a pedra, a ardósia, o marfim, o osso e o bronze, nomeadamente em inscrições monumentais, mas também em matérias menos duras que permitiam formas mais livres, como a cortiça, as folhas de palmeira, tecidos, peles de animais,² tábuas de cera, e o papiro

² Por volta de 2500 a.C. já se usava como suporte para a escrita, na Ásia, peles de animais especialmente preparadas para o efeito, antecipando assim, de certa forma, o pergaminho.



Figura 1 – Placa de argila com escrita cuneiforme.³



Figura 2 – Envelope de argila da Mesopotâmia (deitado) e uma placa de argila (ao alto), do século XIX a.C.⁴

³ https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/ca/Cuneiform_script2.jpg.

⁴ <http://teachmiddleeast.lib.uchicago.edu/historical-perspectives/the-question-of-identity/before-islam-mesopotamia/images/identity-before-islam-mesopotamia-11.jpg>.

(Gilmont, 2004). Os hieróglifos egípcios gravados «nas colunas e paredes dos hipogeus, nas mastabas e nas pirâmides, ou pintadas nas paredes interiores destes monumentos funerários» (Canaveira, 1994: 8) não deixam de estabelecer diferentes formatos – formatos esses que talvez fizessem com que a escrita tivesse de obedecer às características distintas de uma coluna e uma parede, por exemplo.

No entanto, com os rolos de papiro chegamos ao primeiro formato daquilo que se pode chamar de livro (é do papiro, aliás, que surge a palavra).⁵ Embora o significado que damos atualmente à palavra “livro” seja muito restrita, intimamente ligada ao objeto com o formato de códice que constitui o livro impresso, a verdade é que já antes existiam objetos com todas as características que o definem. Segundo Albert Labarre (2002), podem ser considerados livros todos os objetos que sejam, ao mesmo tempo, capazes de apresentar a expressão de um pensamento figurado, quer por escrito como por imagens; que sejam justificados pela vontade de fazer circular o texto por um público, distinguindo assim os livros dos escritos privados; e que sejam manuseáveis, excluindo os textos monumentais, por exemplo, que referimos acima – esta última condição é especialmente relevante para a definição do formato do livro, como veremos.

Além disso, Jean-François Gilmont (2004) considera necessário acrescentar uma quarta condição à definição de Labarre: a ideia de volume, também essencial à questão do formato. Na sua opinião, uma simples folha impressa ou manuscrita, como um cartaz, não é um livro, embora seja difícil, se não impossível, definir com exatidão onde se pode começar a falar de um livro em vez de, por exemplo, um folheto. Esta definição começada por Labarre e completada por Gilmont tem em conta a «continuidade entre o livro manuscrito e o livro impresso» (Gilmont, 2004), tendo sido no primeiro, aliás, que Gutenberg se inspirou para a invenção da imprensa e, conseqüentemente, do livro impresso. Mas mesmo antes do códice já se pode falar em livro, como referimos acima, já que o rolo também fixa o pensamento através da escrita; tem como objetivo fazer circular o texto por um público; é manuseável; e tem um volume considerável.

Estima-se que foi por volta de 2.500 a.C. que os egípcios desenvolveram a técnica de fabricar as finas lâminas de papiro – as folhas com que, posteriormente, se faziam os rolos. Essas folhas nunca excediam uns aproximados 48 centímetros de comprimento por 43 de largura, mas tinham em média,

⁵ O papiro consistia numa parte da planta homónima que era “liberada”, ou “livrada” do resto da planta. Do latim *libere* surgiu então a palavra *liber* e *libri*, de onde o “livro”, em português, tem origem.

segundo Gilmont (2004), 25 por 19 cm. A longa tira de papiro que se obtinha com a colagem de várias folhas, frágil e quebradiça – e, por isso, pouco apta a ser dobrada – era enrolada com duas peças de madeira nas extremidades: o *protocolo*, no início, e o *escatocolo*, no fim. Os rolos de papiro (*rotolî*), ou *volumes* (*volumina*) tinham normalmente 5 metros de comprimento, mas podiam chegar aos 10 metros (cf. Gilmont, 2004). O papiro mais largo que se conhece é um Livro dos Mortos, conhecido habitualmente por «papiro Greenfield» (Figura 3), medindo 49,5 centímetros de largura, enquanto o mais extenso é o «grande papiro Harris» (Figura 4), medindo 41 metros de comprimento.

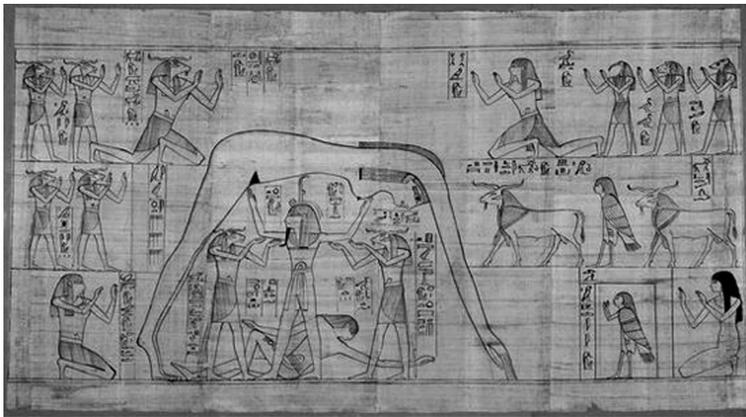


Figura 3 – Papiro Greenfield (século XX a.C.).⁶

O rolo de papiro foi um formato muito importante na Antiguidade, desde o 3.º milénio a.C. até ao século XII, com uma grande disseminação pela região do Nilo, embora nunca se tenha conseguido implantar na Europa Ocidental (ainda assim, encontram-se vestígios da sua presença na Gália até ao século VIII) (cf. Gilmont, 2004). Segundo o egiptólogo Rashid El-Nadoury (2010: 130), «todas as grandes propriedades, palácios reais e templos mantinham registos, inventários e bibliotecas, o que indica a existência de centenas de quilómetros de papiro, embora só tenham sido descobertas algumas centenas de metros». Mesmo que já no tempo das tabuletas de argila, na Mesopotâmia, tenham sido fundadas as primeiras bibliotecas – as bibliotecas *minerais*⁷ –

⁶ <http://www.ocotilloroad.com/geneal/images/Greenfield%20papyrus.jpg>.

⁷ A mais conhecida biblioteca do género é a de Nínive, com milhares de placas de argila (por volta de 670 a.C.).

foi com os rolos de papiro que se disseminaram, em plena Antiguidade Clássica, a partir de 500 a.C. Além de algumas bibliotecas de Atenas bastante importantes na época, normalmente de caráter particular, como a de Eurípides, de Platão, ou de Aristóteles, a mais relevante foi a grande biblioteca de Alexandria, fundada em 286 a.C. por Ptolomeu I. Para se ter uma noção da produção de livros neste formato antigo, calcula-se que a biblioteca de Alexandria chegou a ter, no seu auge, cerca de 700 mil rolos de papiro, antes do incêndio que destruiu milhares de rolos (pensa-se que durante a visita de Júlio César em 48 a.C., ou algures durante o século I a.C.). Mesmo depois da invenção do pergaminho, o papiro continuou a fazer-lhe concorrência durante vários séculos, e o próprio formato de rolo chegou a ser utilizado com pergaminho (cf. Eliot / Rose, 2007: 177). «De todos os materiais empregados como suporte para a escrita na Antiguidade, o papiro certamente foi o mais prático, por ser flexível e leve», refere El-Nadoury (2010: 130), mas «a fragilidade, porém, era o seu único inconveniente. Resistia por pouco tempo à humidade e queimava facilmente». O pergaminho, que viria a possibilitar o aparecimento do códice, terá sido inventado, segundo Plínio, na cidade de Pérgamo, no século II a.C., sendo utilizado durante toda a Idade Média até à massificação do papel (Manguel, 2010: 136). Esse material obtém-se através do tratamento da pele de carneiro, cabra ou vitelo (este último dando origem ao pergaminho de melhor qualidade, por ser mais fino, conhecido por *velino*), originando um suporte de escrita mais flexível e resistente do que o papiro. Ao contrário do papiro, que referimos ser



Figura 4 – Grande papiro Harris (ou papiro Harris I) – parte nº 24.⁸

⁸ http://www.britishmuseum.org/collectionimages/AN00186/AN00186880_001_1.jpg.

desadequado para dobrar, foram essas características de maleabilidade e resistência do pergaminho que possibilitaram o aparecimento do formato que viria a dominar definitivamente a concepção do livro – o códice.

Antes de nos debruçarmos então sobre o códice, importa referir que noutros lugares do planeta existiram também suportes de escrita próprios, de acordo com os materiais disponíveis, dando origem a uma miríade de formatos mais ou menos representativos ou excepcionais, e mais ou menos práticos ou problemáticos. Os romanos usavam «placas enceradas para a correspondência pessoal e para os assentos de transações de negócios, etc.» (McMurtrie, 1997: 33), por exemplo,⁹ e na China escrevia-se na seda ou noutros têxteis antes do aparecimento do papel, assim como no Egito e na Roma antiga se escrevia no linho. Na opinião de Douglas C. McMurtrie:

[...] talvez o mais estranho de todos os materiais de escrita sejam as tiras de folhas de palmeira usadas em algumas partes da Índia, Birmânia e Sião. A escrita nestas tiras fazia-se – e ainda hoje se faz – com um instrumento de ponta aguçada. A cor passava depois, por fricção, para dentro das linhas finamente abertas para as tornar visíveis; ligavam-se, em seguida, as tiras, enfiando-as em cordas exatamente como as tabuinhas das persianas de Veneza. (McMurtrie, 1997: 33).

O códice

Um dos principais atributos do formato do livro relaciona-se com a experiência de leitura. Se, mesmo com o códice, diferentes formatos significam diferentes experiências de leitura, com os formatos anteriores, de que o rolo é o principal exemplo, essa diferença era ainda mais clara. Como refere Gilmont (2004), o rolo de papiro tem de ser lido enrolando e desenrolando simultaneamente os dois bastões que o sustentam, o que dificulta bastante o manuseamento, uma vez que, por exemplo, não se consegue consultar uma passagem tão facilmente como no códice, nem se consegue tomar notas, uma vez que as duas mãos estão ocupadas. Da mesma forma, o uso do rolo dificulta o trabalho de redação, pelo que muitas vezes se usavam os conjuntos de placas enceradas que referimos acima para rascunhos. Essas tabuinhas enceradas (que também podiam ser placas de marfim) «tinham os bordos levemente erguidos, e o espaço entre eles era revestido com uma camada de cera enegrecida», onde se usava

⁹ Estas placas chegavam a conter obras literárias por inteiro (Fischer, 2004: 46).

«um estilete de extremidade aguçada para traçar as letras na cera [...]» (McMurtrie, 1997: 33). O mais relevante, no entanto, é o facto de muitas vezes fecharem exatamente como um livro para que a cera ficasse protegida, o que, juntamente com os cadernos de couro que se usavam para a mesma função, acabou por ser fonte de inspiração para a criação do códice (cf. Gilmont, 2004). Já o formato do códice, independentemente das suas dimensões, é quase sempre semelhante, e sobreviveu inalterado até à atualidade: trata-se do formato básico do livro, definido pelo conjunto de folhas unido por um dos lados (normalmente do lado esquerdo), e que forma, quando aberto, uma amplitude de duas páginas a partir de um eixo central de simetria. Muito mais há a dizer sobre o formato do códice, como veremos, mas são estas características que acabámos de referir que são comuns a todos os livros, e que definem tanto a diferença e novidade do códice como a sua pertinência.

O códice surge por volta do século II na Europa, nomeadamente nos domínios do Império Romano, e aparece ligado aos juristas do baixo-império (que perceberam que o formato era mais conveniente para os livros de leis) e ao dealbar do Cristianismo, já que os primeiros exemplos que se conhecem do formato são, na sua maioria, cópias do *Novo Testamento* (cf. Eliot / Rose, 2007: 142). No entanto, como refere McMurtrie:

A igreja cristã e os juristas tiveram grande dificuldade em popularizá-lo. Como o antigo volume (*volumén*), ou rolo, andava associado às obras literárias de uma cultura pagã que os antigos padres da Igreja procuravam suplantam, julgou-se que os trabalhos dos autores cristãos se apresentavam melhor em forma de códice. (McMurtrie, 1997: 95).

Apesar das vantagens do códice, não se pode garantir quais foram as razões para o seu uso inicial, como salienta Gilmont (2004), embora as vantagens económicas e práticas tenham sido, pelo menos *a posteriori*, os motivos para o sucesso do códice. Julga-se que as razões práticas foram as mais relevantes, já que neste formato a pesquisa se torna mais fácil e rápida, por exemplo, como já referimos antes (cf. Fischer, 2004: 83). Além disso, o códice teria sido prontamente adotado pelos primeiros missionários, o que se veio juntar à facilidade com que passou de objeto vulgar a veículo da palavra divina para os cristãos. Curiosamente, os meios mais tradicionais e literários continuaram a preferir o rolo, devido à associação com a literatura que já referimos, considerando-o a «única forma nobre do livro» (Gilmont, 2004). Os judeus, por exemplo, consideravam que tocar com as mãos na *Tora* era uma profanação, pelo que

preferiam o rolo, para que tocassem apenas nos bastões que o enrolam. Entre as vantagens do códice, Alberto Manguel (2010) refere, tal como Fischer (2004: 86), a facilidade de transporte e consulta, mas além disso:

[...] ambos os lados da folha podiam conter texto e as quatro margens de uma página de um códice tornavam mais fácil incluir glosas e comentários [...]. Alterou-se também a organização dos próprios textos, que previamente eram divididos segundo a capacidade do rolo (no caso da *Ilíada*, de Homero, por exemplo, a divisão do poema em vinte e quatro livros talvez resulte do facto de ele ocupar vinte e quatro rolos). [...] Os incómodos rolos dispunham de uma superfície limitada – uma desvantagem de que temos perfeita consciência hoje em dia por termos regressado a este formato antigo nos ecrãs dos nossos computadores [...]. O códice, por outro lado, permitia ao leitor saltar quase imediatamente para outras páginas e assim obter uma ideia da totalidade – combinado com o facto de, usualmente, o leitor segurar nas mãos o texto inteiro durante a leitura. (Manguel, 2010: 126-127).

Assim, o códice acabaria por se generalizar no fim do século IV, e ao longo de toda a Idade Média (do século V ao século XV) não sofreu grandes alterações. Nesta altura, o livro identifica-se quase exclusivamente com a vida monástica (razão por que se fala no *período monacal do livro*), onde a arte do livro sobreviveu. O manuscrito medieval não se resumia apenas aos textos religiosos, mas também a livros históricos, livros escolares e universitários (principalmente mais para o fim da Idade Média), e livros para uso privado, muitas vezes de carácter profano. É natural que já nessa altura se adaptassem os formatos dos livros à sua tipologia, mas não existia ainda grande variedade.

Nas notas sobre os manuscritos feitas em *O Livro*, de McMurtrie, Jorge Peixoto descreve a ligação natural que existia entre as dimensões do pergaminho e as dimensões finais do livro, dando-nos uma ideia do formato do manuscrito medieval:

Primitivamente chamava-se *pecia* à pele de carneiro preparada para nela se escrever e, por extensão, passou a ser tomada como a maior folha de pergaminho que se possa obter. Formava um caderno de duas folhas duplas ou *binion*, isto é, quatro folhas simples ou oito páginas, correspondendo, em certa medida, ao nosso in-4º [ou “in-quarto”, uma das designações para as dobragens do papel que apresentaremos posteriormente] Jesus, 27,5 x 35 mm. (McMurtrie, 1997: 103).

No século XIV, antes da invenção da imprensa (embora tenham sobrevivido alguns anos ao aparecimento desta), surgiram os livros de impressão tabulária ou xilogravados, impressos a partir de pranchas de madeira onde se gravava a página inteira. De produção mais rápida, embora com menos qualidade e apuro visual, o objetivo destes livros «era popularizar as histórias ou ensinamentos da Bíblia de maneira artística, para que as pessoas que não sabiam ler, ou mal sabiam, pudessem compreender» (McMurtrie, 1997: 138). Estes livros costumavam ter, até, várias edições distintas, conhecendo-se várias de livros que tiveram algum sucesso na altura, como o *Ars Moriendi* (a «Arte de Morrer»), ou a *Biblia Pauperum* – como o próprio nome indica, a «Bíblia dos Pobres». O exemplar que faz parte da coleção do British Museum (Figura 5), por exemplo, datado já do século XV, entre 1460 e 1470, mede 26,2 cm por 19,2. Embora tenha um tamanho considerável em relação aos padrões atuais, seria um livro mais pequeno do que a generalidade dos livros da época.



Figura 5 – Página 38 da *Biblia Pauperum* do British Museum (1460-1470).¹⁰

¹⁰ http://www.britishmuseum.org/collectionimages/AN00044/AN00044634_001_1.jpg.

Por volta de 1442, quando Gutenberg começa a ensaiar a impressão com caracteres móveis metálicos¹¹ e chega à invenção da imprensa, procurou apenas atualizar a técnica da produção de livros através da tecnologia, não fazendo alterações ao formato habitual dos livros nem ao seu aspeto interior. Não terá sido por acaso que Gutenberg começou por imprimir a sua famosa *Bíblia de 42 linhas* (Figura 6), trazendo dessa forma a tecnologia para a esfera religiosa, habitualmente pouco simpática para os avanços tecnológicos. A *Bíblia* de Gutenberg terá começado a ser concebida em 1452 e ficou concluída algures entre 1455 e 1456 – conhecida pela sua beleza estética, era uma obra dividida em dois volumes, com 1282 páginas e aproximadamente 3 milhões de caracteres. Cada página tinha, então, 42 linhas em cada uma das duas colunas. (cf. Febvre / Martin, 2000). Quanto às dimensões do primeiro livro impresso, eram de 31 cm de largura por 43 de altura.

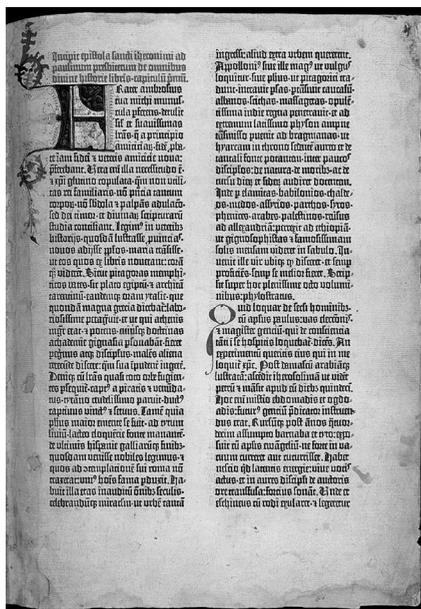


Figura 6 – Página da *Bíblia* de 42 linhas de Gutenberg (Universidade do Texas).¹²

¹¹ Cinco séculos antes de Gutenberg já se conhecia a impressão com caracteres móveis na China, numa história paralela do livro que convém não negligenciar. Embora o prelo só tenha chegado depois, as primeiras fundições de caracteres móveis metálicos precedem a invenção da imprensa na Europa (cf. Febvre / Martin, 2000, p. 98).

¹² https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/27/Gutenberg_bible_Old_Testament_Epistle_of_St_Jerome.jpg.

Estima-se que foram produzidas 180 cópias desta *Bíblia*, 45 em pergaminho e 135 em papel. Inicialmente, Gutenberg teria planejado produzir todos os exemplares em pergaminho – especificamente em velino – mas tal revelar-se-ia impraticável, devido ao preço e à quantidade assombrosa de pergaminhos que seriam necessários (os exemplares impressos em papel ficavam muito mais baratos). Para se ter uma ideia, «a *Bíblia das 42 linhas*, [...] pediria cento e setenta pergaminhos por cada exemplar. Assim, para os treze exemplares de pergaminho que hoje são conhecidos, exigir-se-iam, pelo menos, dois mil animais» (McMurtrie, 1997: 91). Dada a grande necessidade de matéria-prima base que a imprensa trouxe, a preferência pelo papel começou a generalizar-se, podendo dizer-se que foi a existência e disponibilidade deste material que mais contribuiu para o êxito da imprensa (Febvre / Martin, 2000: 46).

Tendo sido inventado na China no início do século II d.C., foi-se disseminando ao longo de vários séculos em direção à Europa, onde terá começado a ser produzido mais de mil anos depois (cf. McMurtrie, 1997: 83). Como o papel era considerado um material mais fraco, não havia muita procura na Europa até à invenção da imprensa, mas a sua progressiva implementação fez com que estivesse prontamente disponível para alimentar os prelos, acompanhando o crescimento da imprensa com o seu próprio crescimento. Além disso, o papel – e as dimensões das folhas, antes das dobragens – influencia o formato do livro desde o início da sua utilização, como já o tamanho das folhas de papiro e dos pergaminhos, por exemplo, o influenciavam antes. No entanto, é a partir da disseminação da imprensa, com a possibilidade de produção em série dos livros, que as questões do formato do livro atingem as características e possibilidades que, salvo pequenas alterações, ainda hoje se mantêm.

O formato do códice

Existem circunstâncias evidentes que contribuem para o formato “natural” do livro, com a sua orientação *ao alto*, vertical, e os seus intervalos mais comuns de dimensões, e prendem-se sempre com o equilíbrio – ou desequilíbrio – entre a utilização pretendida para o livro, com a sua tipologia e público-alvo, e as possibilidades técnicas e materiais disponíveis para a sua produção. É claro que a extensão do texto, por exemplo, ou a necessidade de reduzir o custo, são razões práticas que influenciam a definição do formato do livro e as suas dimensões, mas, antes disso, surgem questões prévias que devem ser tidas em conta, sob pena de se optar por um formato aleatório, que pode prejudicar a experiência de leitura. Por isso, um dos principais fatores que influenciam desde sempre o

formato do livro é a sua adequação à leitura, tentando facilitá-la o mais possível – não apenas contribuindo para o conforto, mas também, havendo necessidade, facilitando a consulta rápida, por exemplo. Assim, também as escolhas ao nível da tipografia estão intimamente ligadas ao formato do livro, inclusivamente em relação ao seu volume: um livro de bolso, por exemplo, terá necessariamente um tipo de letra mais pequeno do que um livro maior, a menos que se aumentem o número de páginas. Este exemplo mostra a relação que existe entre as características do livro que estamos a abordar e anuncia a necessidade de *racionalidade* dos formatos. Mesmo assim, o livro permite qualquer tipo de formato, e até o formato e as dimensões de um atlas com metros de envergadura (veremos alguns exemplos de formatos bizarros e dimensões extremas mais à frente) pode ser racional, se se adaptar de alguma forma a alguma característica essencial – e neste caso incomum – do livro. No caso de tal atlas *gigante*, por exemplo, o livro não obedece a outra das guias naturais para o formato: a sua adaptação à anatomia humana, nomeadamente aos olhos que o vão percorrer e, mais importante ainda, às mãos que o vão segurar e folhear. É por isso que o formato mais comum é o vertical – num retângulo que se aproxima normalmente da proporção áurea – por possibilitar linhas mais curtas (embora a divisão do texto em colunas possa solucionar esse possível problema) e por permitir uma envergadura, quando aberto, mais confortável para o manuseamento. Estas considerações não servem apenas para o códice, aliás, uma vez que, em parte, também se encontravam presentes nos formatos anteriores. Alberto Manguel (2010: 135) refere que mesmo «as mais antigas placas da Mesopotâmia eram por norma blocos de argila quadrados, ou por vezes oblongos, de cerca de 7,5 centímetros de largura, que podiam comodamente segurar-se nas mãos». Estas placas podiam até ser guardadas em conjunto, e por ordem, numa bolsa ou numa caixa, formando assim uma espécie de livro primitivo, e até é provável «que os habitantes da Mesopotâmia tivessem também livros encadernados de forma semelhante à atual» (Manguel, 2010: 135). Por outro lado, se os rolos eram utilizados na Grécia e em Roma para todos os tipos de textos, as missivas particulares eram muitas vezes escritas nas pequenas placas de cera que já referimos acima, com o seu formato mais adaptado a essa utilização específica. No entanto, os livros produzidos nos primeiros anos da imprensa – os incunábulo – eram geralmente¹³ grandes, pesados, e pouco manuseáveis (cf. McMurtrie, 1997: 326).

¹³ Embora se conheçam poucos casos, na última década do século XV o aperfeiçoamento da produção de tipos pequenos fez com que aparecessem alguns livros “miniaturas”, de dimensões até 8,5 por 12 cm (McMurtrie, 1997: 328).

As circunstâncias técnicas e materiais na atualidade, por sua vez, incluem não só o determinismo do próprio códice – que lhe dá uma simetria natural, por exemplo – mas também o possibilismo da tecnologia disponível para a produção dos livros. Este possibilismo trazido pelos constantes progressos da tecnologia não veio, no entanto, alterar de forma decisiva os princípios básicos da feitura dos livros, pelo que se continua a seguir os mesmos conceitos para, por exemplo, as dobras do papel, cujo número e tipo determinam diretamente, juntamente com o tamanho da folha inicial, as dimensões do livro (Gaskell, 1985: 80).

Já desde o pergaminho se utilizavam as designações *in-plano* para uma folha sem dobras, que dá origem a apenas duas páginas; *fólio*, com uma dobra e 4 páginas; *in-quarto*, com duas dobras e 8 páginas; *in-sexto* e *in-octavo*, ambas com três dobras, e com 12 e 16 páginas, respetivamente; e assim sucessivamente. Independentemente do número de dobras, no entanto, as dimensões finais dos cadernos dependeriam do tamanho das folhas iniciais,¹⁴ ou “formatos em bruto”, pelo que rapidamente houve necessidade de as normalizar. O movimento de oficialização do formato começou em França, em 1527, quando «Francisco I decretou tamanhos normalizados de papel por todo o reino; quem infringisse a lei ia parar à prisão» (Manguel, 2010: 137).

Atualmente, continua a usar-se o processo das dobras para se chegar aos cadernos, havendo várias normas para os tamanhos do papel. Talvez a mais conhecida seja a norma ISO 216, que define os formatos A3, A4, A5, etc. (dimensões na Figura 7), completamente massificados hoje em dia (estes formatos são obtidos através dos formatos em bruto RA0, com 86x122cm; RA1, com 61x86cm; e RA2, com 43x61cm). A principal vantagem é que estes formatos têm a particularidade de respeitarem sempre uma razão entre a altura e a largura da raiz quadrada de dois, o que significa que quando se unem duas folhas do mesmo formato se obtém outra com o dobro da área e as mesmas proporções, e o contrário para a divisão, começando na área de um metro quadrado para o formato A0. Manter a mesma proporção – característica que não existe nos formatos tradicionais de papel – facilita a ampliação e redução de um tamanho para o outro. Estes formatos usam-se em todo o mundo, exceto nos EUA e Canadá, que têm formatos próprios – como o *Letter* (8,5 x 11 pol.) e o *Tabloide*

¹⁴ O papel utilizado nos primórdios da imprensa, com o qual se produziam os incunábulos, «era principalmente de dois tamanhos: o do fólio grande ou “real”, e o do fólio pequeno ou “médio” [...]» (McMurtrie, 1997: 326).

(11 x 17 pol.), regularizados pela norma ASME Y14.1 do American National Standards Institute.

Na história do códice, destacam-se dois movimentos importantes para o formato do livro, e ambos se prendem com a relação entre a tecnologia e acessibilidade. Mesmo que já no tempo dos manuscritos existissem livros destinados à leitura em privado, estes eram exclusivos apenas dos nobres e das pessoas de posses que os podiam adquirir. Caso contrário, e além dos livros históricos, escolares e universitários, a maioria seria de leitura pública, normalmente de caráter religioso.

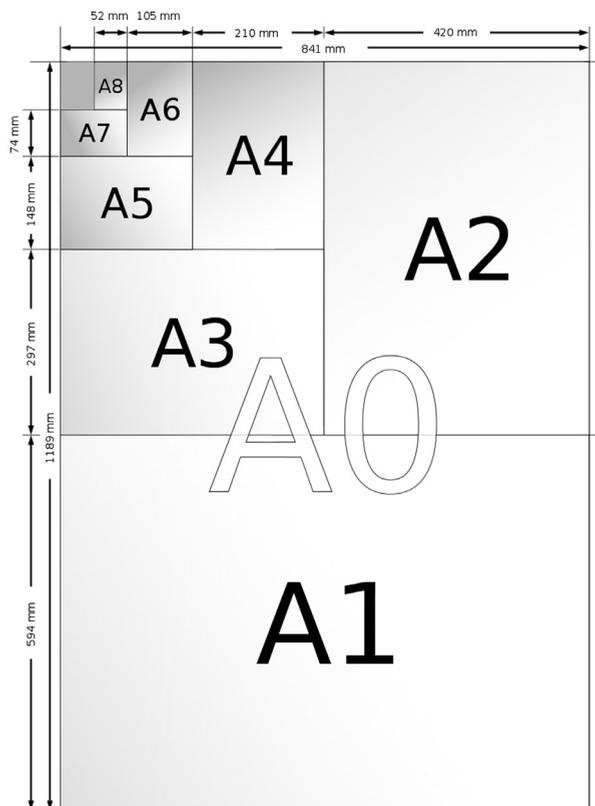


Figura 7 – Dimensões do formato A do ISO 216.¹⁵

¹⁵ https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/8/8a/A_size_illustration.svg/800px-A_size_illustration.svg.png.

Com a invenção da imprensa, que tornou a produção de livros bastante mais rápida e barata, e a multiplicação de textos, deu-se um importante desenvolvimento da leitura privada, uma vez que os livros se tornaram acessíveis a pessoas com menos posses. Essa leitura privada não necessitava de livros de grande formato, pelo que os sucessores de Gutenberg começaram a produzir volumes mais pequenos (cf. Febvre / Martin, 2000: 120). Um desses sucessores foi Aldus Manutius, humanista italiano e professor de latim e grego, que montou uma oficina de impressão em 1494, em Veneza, para produzir os livros que precisava para as suas aulas – edições académicas dos maiores clássicos da literatura em formatos práticos (cf. Eliot / Rose, 2007: 223). Em 1501, Aldus Manutius publicou uma coleção de livros de bolso com o formato *in-octavo*, e para embaratecer ao máximo os custos de produção (embora a elegância da impressão não fosse descurada) começou a fazer impressões de mil exemplares, entre outras medidas inovadoras, como a utilização pela primeira vez do itálico, concebido para se adaptar às reduzidas dimensões dos livros (Dahl, 1958: 117).

O livro passava, definitivamente, a valer mais pelo texto do que pelo objeto, e isso foi conseguido, em parte, através do formato. Como também veremos no capítulo seguinte, o valor do livro tem sido ao longo dos tempos conotado também com o formato, e o aparecimento dos livros de bolso não significou, de todo, o fim dos livros valiosos e valorizados pelo próprio objeto. No entanto, este movimento em direção à acessibilidade do livro foi continuando até ao segundo grande momento, a industrialização. Antes disso, surgiriam no século XVII os *chapbooks*, e a chamada literatura de cordel. Normalmente com o formato *in-octavo*, estes livrinhos de caráter popular permitiam que apenas uma folha de papel desse origem a um caderno de 16 páginas.

Ao longo do século XVIII e XIX o formato dos livros extremava-se ainda mais. Se, por um lado, se continuavam a publicar livros enormes e pesados (conquanto quase sempre de forma *razoável*),¹⁶ sumptuosamente encadernados, por outro, assistia-se à produção de livros cada vez mais pequenos e baratos, embora, por vezes, a perda de qualidade fosse notória (Febvre / Martin, 2000: 121; Manguel, 2010: 150). Entretanto, com os avanços na tecnologia de

¹⁶ A este respeito, o grande tipógrafo e designer de livros Jan Tschichold lembra: «Among old books one [...] does not find the unreasonable formats which are often presented to us today as works of the book maker's art. Large formats did indeed exist, but always for good reason – never born out of vanity or greed but always from plausible necessity. Enormous table-top tomes, similar to the pompous horrors of today and unsuited for reading, were occasionally produced for kings, but they are the rarest of exceptions. The reasonable format of the old books is exemplary» (Tschichold, 1991: 45).

impressão, e principalmente já no século XX, surgiram coleções que resgatavam o cuidado dos livros de bolso antigos mantendo também a qualidade literária – como no caso, por exemplo, dos entretanto omnipresentes livros da *Penguin*. Segundo o pensamento do ideólogo da coleção, o editor inglês Allen Lane, referido por Manguel, pretendiam-se «livros brochados com as obras dos melhores autores e capas coloridas. Não somente apelariam para o leitor médio, mas seriam também uma tentação para todos os leitores, tanto eruditos como populares» (2010: 153).

O valor do formato

Já na Mesopotâmia havia uma distinção clara na valorização dos diferentes suportes de escrita, com os textos monumentais a terem uma óbvia primazia sobre as placas de argila. Da mesma forma, ao longo da história do livro até ao códice, e ainda mais depois disso, existiram livros mais valiosos ou mais comuns, mais exclusivos ou mais populares – e isso dependia sempre, em grande parte, do formato. Os grandes livros sempre foram conotados com a ostentação, o que na altura dos manuscritos se encontrava, principalmente, nos luxuosos livros destinados a leitura pública, normalmente em contexto religioso. No entanto, apareciam já livros portáteis que serviriam, por exemplo, tanto para os serviços religiosos como para a devoção privada. Ao mesmo tempo que existiam sumptuosos livros que eram verdadeiras obras de arte, surgia a leitura privada, como vimos, e os formatos adaptados a essa utilização. A este respeito, Alberto Manguel (2010: 139) refere o «magnífico» livro de horas¹⁷ de Ana de Bretanha, que teria sido feito à medida da sua mão.

A já referida *Biblia Pauperum* é um bom exemplo da estreita relação – e do conflito natural – entre o valor do livro e a acessibilidade. Muitas vezes, esse valor baixava-se através da redução do número de páginas ou da própria qualidade de materiais e trabalho (com a ajuda da técnica, como por exemplo no caso da xilogravura – menos valiosa do que as iluminuras feitas à mão); mas, normalmente, essa retirada de valor era feita através da redução das dimensões do livro.

Se Gutenberg sentiu a necessidade de valorizar a sua invenção inaugurando-a com a impressão de uma bela e opulenta *Biblia* em pergaminho, que em pouco

¹⁷ Livros com orações, salmos e ofícios, destinados à devoção privada e quotidiana (Faria / Pericão, 2008: 771).

ficaria a dever aos volumes caros produzidos na sua época, Aldus Manutius utilizou a mesma tecnologia para massificar um certo tipo de livros de qualidade literária inquestionável:

Na opinião de Aldus, estes ilustres autores [como Sófocles, Aristóteles, Platão, Virgílio, Horácio e Ovídio] deveriam ser lidos “sem intermediários” – na língua original, na sua maior parte, sem anotações ou glosas – e, para tornar possível aos leitores “conversarem livremente com os gloriosos defuntos”, publicou gramáticas e dicionários juntamente com os textos clássicos. (Manguel, 2010: 146).

Esta oposição entre valor e acessibilidade nunca foi inteiramente resolvida, embora a resposta esteja, em grande parte, no formato do livro. Mesmo atualmente, vemos uma clara diferença entre os *hardback* e os *paperback*, por exemplo, já para não falar das suas versões de bolso.¹⁸ Além de as diferenças nas dimensões e na qualidade do papel existirem quase sempre entre estas diferentes edições de um mesmo livro, a questão da encadernação não é irrelevante para o seu formato – esta é, aliás, uma das duas situações em que se fala frequentemente, hoje em dia, de “formato do livro”: de capa dura, capa mole, ou de bolso (a outra é sobre o formato físico ou eletrónico do livro, e, mesmo dentro deste último, entre os diferentes tipos de ficheiro).

No início do século XIX começou a utilizar-se o pano de encadernação em substituição do couro, o que trouxe uma inesperada pequena revolução secundária – a possibilidade de imprimir na capa, tornando-a num meio de publicidade ao próprio livro (cf. Manguel, 2010: 150). Já para não falar dos livros de bolso ainda mais simples,¹⁹ um livro no formato *in-octavo* encadernado a pano azul, mesmo que contivesse um dos maiores clássicos da literatura, «era muito diferente dos volumes encadernados a marroquim do século anterior. O livro tornara-se um objeto menos aristocrático, menos intimidante, menos grandioso» (Manguel, 2010: 150).

Voltando aos *paperback* e à sua influência na massificação definitiva do livro:

¹⁸ A primeira vez que se fez uma versão do género foi logo no século XVI, entre 1531 e 1557, em Basileia, Suíça, por Michael Isingrin, a partir de um herbário que publicava. Este impressor começou a produzir uma coleção de livros práticos a partir de «xilografuras refeitas em menor tamanho, sem perder detalhe.» (Lommen, 2012: 112).

¹⁹ Também no século XIX, com «o aparecimento da prensa a vapor e a invenção da máquina de papel [que] permitem a produção cada vez mais rápida e mais barata de livros e a multiplicação do número das tiragens, renunciar-se-á muitas vezes a encadernar os livros, que serão lidos em simples brochuras.» (Febvre / Martin, 2000: 151).

By the mid-1970s, paperbacks were fully integrated into the universe of authors, publishers, booksellers, and readers. Although a few houses published only hardcover or only paperback books, most published both. The paperback format was not limited to trade books but had spread to university presses and textbook houses. Paperbacks were sold in nearly every bookstore. Paperbacks were the Model T of publishing – though they came in more colors than black. They made book ownership possible for Americans who did not live near bookstores or did not feel comfortable walking into their often stuffy atmosphere, and for those who could not afford to buy hardback books. Like the expansion of higher education, they democratized learning and book ownership. (Eliot / Rose, 2007: 288-289).

De certa forma, estes formatos atuais do livro são a melhor resposta à oposição entre o valor e a acessibilidade que referimos acima, permitindo três “níveis” de qualidade para o mesmo texto, e, claro, mantendo o espaço natural necessário para os livros especiais e/ou luxuosos que continuam a existir. Cada vez mais, o equilíbrio entre o valor do objeto (e do seu formato) e o do conteúdo é uma questão pessoal, tornada ainda mais premente com o aparecimento do livro eletrônico, onde o formato ganha toda uma nova dimensão ao perdê-la por completo.

Fugir à norma – os gigantes, os minúsculos e os estranhos

No verão de 1798, um exército francês com mais de 50.000 homens comandados por Napoleão entraram no Egito com o intuito de bloquearem as rotas comerciais que os Britânicos mantinham com a Índia. Como nesse grupo também iam cientistas, artistas, cartógrafos, e orientalistas, por exemplo, a expedição recolheu imensos artefactos das escavações e os artistas registaram todo o tipo de informação visual. Apesar do estrondoso fracasso militar, Napoleão ordenou que se fizesse uma monumental publicação com esse material. Assim, em 1809, depois de vários anos de preparação, é impresso na *Imprimerie Impériale* o primeiro volume do livro *Descrição do Egito*. Quem comprasse essa coleção era «praticamente obrigado a ter uma estante feita exclusivamente para a série, que continha três atlas em tamanho duplo fólio elefante²⁰ (109 x 73 cm) [...] com mais nove volumes de texto (42 x 28 cm) e oito volumes de

²⁰ “Elefante” é um «formato de papel alemão que mede 67 x 92 cm» (Faria / Pericão, 2008: 442), embora as suas dimensões possam variar entre países.

gravuras (73 x 56 cm)» (Lommen, 2012: 230). Os três atlas eram, na altura, os maiores livros publicados do mundo.

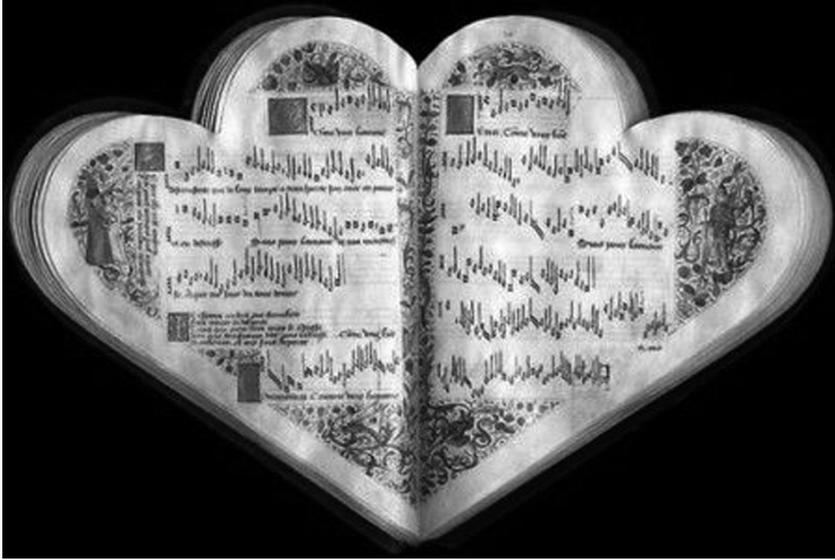


Figura 8 – Livro cordiforme – em forma de coração (por volta de 1475).²¹

Desde o aparecimento do códice surgiram formatos que se distinguiram quer pelas suas proporções, distintas dos retângulos e quadrados habituais, quer pelas dimensões muito maiores ou mais pequenas que o comum. Alberto Manguel (2010: 157) refere, por exemplo, o livro em forma de coração (Figura 8) com cantigas de amor e iluminuras; o livro mais pequeno do mundo – à data, como veremos –, chamado *Bloemhofje*, ou Jardim das Flores (escrito na Holanda em 1673), que mede 8 por 12 milímetros («mais pequeno do que um selo de correios normal»); o colossal e bellissimo *The Birds of America*, de John James Audubon, medindo 99 por 66 cm – um duplo fólio elefante com 435 páginas de aguarelas pintadas à mão (Lyons, 2011: 136); e a edição de *As Viagens de Gulliver* (Figura 9) concebida por Bruce Rogers em dois volumes, em 1950, «um minúsculo e o outro gigantesco» (Manguel, 2010: 157).

Basta uma análise rápida à oferta de literatura infantil de uma livraria comum para podermos verificar a grande variedade e criatividade nos formatos. Discutivelmente, é a tipologia onde as potencialidades do formato são mais

²¹ http://danielmitsui.tripod.com/blog2012/jean_de_montchenu5_large.jpg.

– e melhor – exploradas. Para não sermos exaustivos, podemos referir apenas, por exemplo, *O Livro Inclinado*, de Peter Newell, cujo título *diz tudo* sobre o seu formato; o *Animalário Universal do Professor Revillod*, e seus sucedâneos, construído com páginas tripartidas que se podem escolher à vontade, criando assim inúmeros animais bizarros, juntamente com os seus nomes e descrições; ou todos os livros *pop-up* disponíveis, mais ou menos complexos e cuidados.

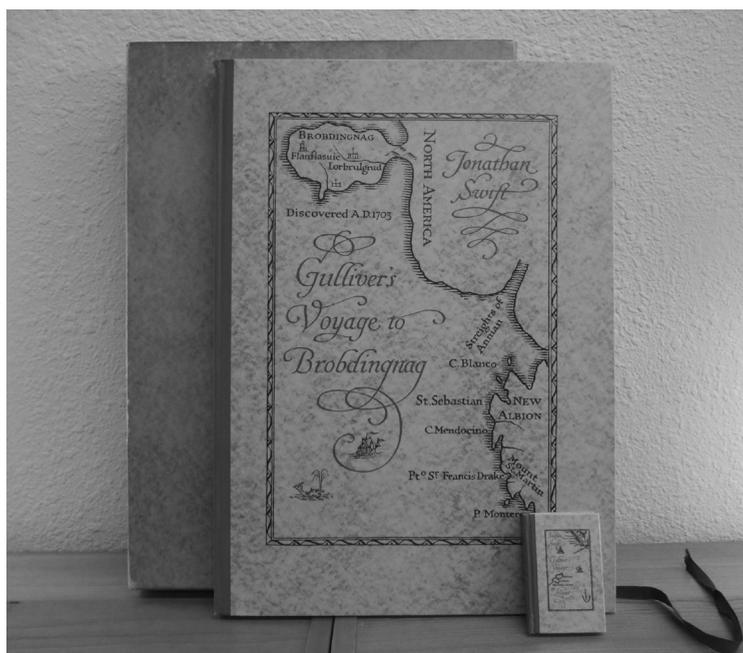


Figura 9 – A edição de Bruce Rogers em dois volumes d'*As Viagens de Gulliver* (1950).²²

No mundo dos extremos, nada melhor do que consultar os conhecidos *recordes do Guinness*²³ em busca dos exemplos mais atuais para os maiores e menores tamanhos dos livros. O atual recorde para o maior livro do mundo está nas mãos da multinacional Mshahed, do Dubai. O livro, que contém textos sobre o profeta Maomé, tem *apenas* 429 páginas, mas pesa 1.500 quilos e mede 5 por 8 metros (Figura 10). No entanto, este recorde está ameaçado por um livro brasileiro ironicamente chamado *Pátria Amada*, que reúne *praticamente toda* a legislação relacionada com os impostos a nível federal, estadual e

²² <http://antiques.gift/img/p/3/3/5/7/4/6/5/3357465.jpg>.

²³ Disponíveis em <http://www.guinnessworldrecords.com/>.

municipal. Este livro tem mais de 41.000 páginas e pesa 7.500 quilos, medindo 2.1 por 1.4 metros.²⁴



Figura 10 – O atual detentor do recorde para o maior livro do mundo.²⁵

Além do maior, existe também o recorde do livro mais *grosso* publicado – trata-se de uma edição da HarperCollins das histórias completas de Miss Marple, escritas por Agatha Christie, com uma lombada de mais de 32 centímetros (a lombada do mais grosso livro *não publicado*, um conjunto de 46 dicionários, mede mais de 4.6 metros). O recorde para o maior livro *publicado* vem do Brasil, para uma edição d’*O Principezinho* que, quando aberta, mede mais de 2 por 3 metros.

Já o recorde para o livro mais pequeno do mundo foi pulverizado – quase literalmente – pelo livro *Teeny Ted from Turnip Town* (Figura 11). Este livro, que inclui a sua própria referência ISBN, mede 70 micrómetros por 100 – mais pequeno do que a grossura de um cabelo. As suas 30 micro-páginas de silicone cristalino puro foram “impressas” usando um raio de iões e só podem ser lidas usando um microscópio eletrónico. Dificilmente é *manuseável*, mas não deixa de ser um livro e de ter um formato. Seria interessante perceber quantos livros

²⁴ <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/livro-gigante-revela-peso-de-impostos-no-pais-2-hipopotamos>.

²⁵ http://cdn3.list25.com/wp-content/uploads/2014/09/www.mydestination.com-20130718-123823.Full_.jpg.

eletrônicos poderiam ser gravados num avançadíssimo *microchip* de memória com o mesmo volume.

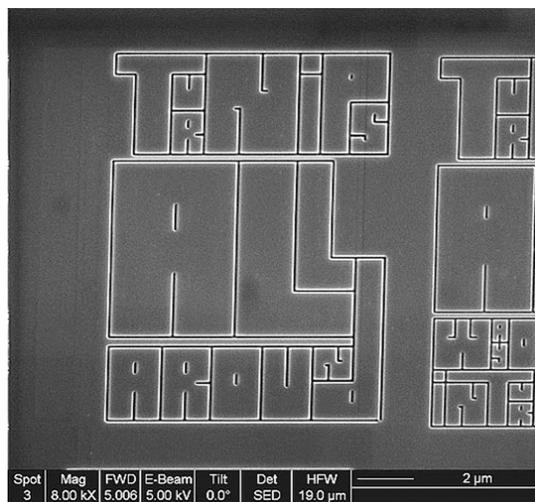


Figura 11 – Uma “página” do livro *Teeny Ted from Turnip Town*, vistas ao microscópio eletrônico.²⁶

Conclusão

Com o objetivo essencial de delinear uma breve perspectiva histórica do formato do livro, abordámos o assunto de duas maneiras: por um lado, pela forma do suporte de escrita, desde os primórdios do livro até ao códice; e, por outro, pelas dimensões e características desses suportes, dando a primazia óbvia ao códice. Para isso, depois de introduzirmos o tema, começámos por contextualizar o aparecimento do livro e os suportes de escrita que o precederam; depois, antes de chegarmos ao códice, detivemo-nos nas características dos rolos de papiro; chegados ao formato do livro que nos é ainda hoje familiar, aprofundámos os diversos formatos dentro do formato – isto é, as formas que o códice pode assumir, e, principalmente, as dimensões. Distinguimos o livro manuscrito do impresso e demos conta da importância do papel para o sucesso da imprensa, juntamente com a sua relação umbilical com o formato do livro. Para terminar de contar a história, vimos ainda, brevemente, como foram aparecendo alguns formatos específicos, assim como as motivações e as figuras

²⁶ http://alcuinsociety.com/content/wp-content/uploads/2012/12/smallest_book.jpg.

responsáveis. Depois disso, continuámos a reflexão que vínhamos fazendo sobre o formato, mas agora de forma mais direta, sobre o seu valor e a sua relação com a acessibilidade do livro e a indústria da edição. Para terminar, procurámos os formatos que fogem à norma por serem maiores, menores, ou bastante diferentes do habitual.

Nenhum formato é mais diferente dos livros que conhecemos há séculos, e mesmo antes disso, do que o livro eletrónico. Embora subverta o último dos requisitos que referimos para a definição de livro (a ideia de *volume*), continua a ser considerado como um livro, da mesma forma que, mesmo não tendo um *formato* concreto, se utiliza essa expressão para definir em qual linguagem informática está construído – qual o seu tipo de ficheiro. Diz-se, aliás, que um determinado livro tem o “formato eletrónico” – um formato desmaterializado, sem volume discernível.

O formato eletrónico não significa, contudo, o fim do formato físico, mas – como nos parece agora evidente – o início de uma coexistência entre formatos que, no limite, só aumenta a importância e o cuidado a ter com a apresentação física do livro. Da mesma forma como se fizeram previsões catastróficas na época de Gutenberg, na era do livro eletrónico preconiza-se o fim do livro em papel, mas, assim como a invenção da imprensa foi claramente vantajosa para a difusão do conhecimento, não há motivos concretos para considerarmos que desta vez, com o livro eletrónico, e mesmo com as suas consideráveis vantagens para certos tipos de utilização, acontecerá o contrário.



Figura 12 – Os pagodes de Kuthodaw (com o pagode central visível ao fundo).²⁷

²⁷ https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/5e/Kuthodaw_alt_view.JPG/800px-Kuthodaw_alt_view.JPG.

Vimos exemplos de livros gigantescos e minúsculos, e chegámos agora também aos livros *sem tamanho*, onde o formato é *sublimado*. Para contrastar, não há livro mais “físico” do que aquele que muitos consideram ser verdadeiramente o “maior livro do mundo”: o livro que está contido nos Pagodes de Kuthodaw, em Myanmar. Este “livro” com escritos budistas contém 730 folhas escritas dos dois lados, perfazendo 1.460 páginas. Cada folha mede 107 por 153 centímetros, e tem 13 centímetros de espessura. Na verdade, as folhas são feitas de mármore, e cada uma delas permanece de pé debaixo do seu telhado, num dos 729 pagodes construídos em torno de um pagode dourado central (Figura 12), que também contém a sua “folha” respetiva.

Mesmo que não cumpra os quatro requisitos necessários para a definição de livro (não é *manuseável*), o *livro* de Kuthodaw não deixa de ser um monumento a uma das expressões maiores do génio humano – a escrita – e à necessidade ancestral de fixar um texto e transmiti-lo aos outros, vivos e por nascer – quer seja no mais sólido mármore ou desmaterializado na “nuvem” –, e é também um totem que nos lembra da importância da forma e da sua influência no próprio conteúdo, mostrando-nos que o formato do livro é, também ele, a mensagem.

Bibliografia

- CANAVEIRA, R. (1994). *História das artes gráficas, vol. I: Dos primórdios a 1820*. Lisboa: Associação Portuguesa das Indústrias Gráficas e Transformadoras do Papel.
- BAILEY, H. S. (1990). *The Art and Science of Book Publishing*. Ohio: Ohio University Press.
- CASTILLO GOMEZ, A. (2004). *Das tabuinhas ao hipertexto. Uma viagem na história da cultura escrita*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- DAHL, S. (1958). *History of the Book*. New Jersey: The Scarecrow Press.
- ELIOT, S. / ROSE, J. (2007). *A Companion to the History of the Book*. Oxford: Blackwell Publishing.
- EL-NADOURY, R. (2010). O legado do Egito faraónico. In G. Mokhtar (ed.). *História geral da África, II: África antiga*. Brasília: UNESCO.
- FARIA, M. I. / PERIÇÃO, M. G. (2008). *Dicionário do Livro, Da Escrita Ao Livro Eletrónico*. Coimbra: Almedina.
- FEBVRE, L. / MARTIN, H. (2000). *O Aparecimento do Livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- FISCHER, S. R. (2004). *A History of Reading*. Londres: Reaktion Books.
- GASKELL, P. (1985). *A new introduction to bibliography*. Oxford: Clarendon Press.
- GILMONT, J. (2004). *Une introduction à l'histoire du livre et de la lecture. Du livre manuscrit à l'ère électronique*. Liège: Éditions du Céfal.
- HENDEL, R. (1998). *On Book Design*. New Haven: Yale University Press.
- LABARRE, A. (2002). *Historia del Libro*. Cerro del Agua: Siglo Veintiuno.
- LOMMEN, M. (2012). *The Book of Books: 500 Years of Graphic Innovation*. Londres: Thames & Hudson.
- LYONS, M. (2011). *Books: A Living History*. Los Angeles: J. Paul Getty Museum.
- MANGUEL, A. (2010). *Uma História da Leitura*. Lisboa: Editorial Presença.
- MCMURTRIE, D. C. (1997). *O Livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SUAREZ, M. / WOULDHUYSEN, H. R. (2010). *The Oxford Companion to the book*. Oxford: Oxford University Press.
- TSCHICHOLD, J. (1991). *The Form of the Book*. Londres: Lund Humphries Publishers.

Outras leituras

Este artigo, escrito originalmente em 2015, não contempla um conjunto de estudos recentes sobre o tema do formato do livro, que continua a despertar o interesse dos investigadores. Assim, sugerem-se outras leituras complementares para uma melhor elucidação sobre o assunto.

- CURSI, M. (2016). *Le forme del libro. Dalla tavoletta cerata all'e-book*. Bolonha: Il Mulino.
- GRAFTON, A. (2015). *La page de l'antiquité à l'ère du numérique*. Paris: Musée du Louvre.
- HOUSTON, K. (2016). *The Book: A Cover-to-Cover Exploration of the Most Powerful Object of Our Time*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company.
- NOORDA, R. / MARSDEN, S. (2019). Twenty-First Century Book Studies: The State of the Discipline. *Book History*, vol. 22, pp. 370-397.
- SOULIÉ, M. (2015). *La merveilleuse aventure de l'écriture*. Paris: Bibliothèque Nationale de France.
- VALLEJO, I. (2020). *O Infinito num junco. A invenção do livro na Antiguidade e o nascer da sede de leitura*. Lisboa: Bertrand.

TÍTULO: Do rolo ao e-book: uma breve história do formato do livro

RESUMO: Este artigo apresenta uma breve perspectiva histórica sobre o formato do livro, desde os seus primórdios até à atualidade, referindo os intervenientes mais relevantes e as condições técnicas e materiais que mais influenciaram os formatos do livro. Abordam-se as características gerais do formato do livro e as principais circunstâncias que o define, explorando-se também a importância e influência do formato do livro, ao longo da história, na leitura e na sua massificação, bem como na apreciação do valor do livro. Apresentam-se ainda exemplos de formatos concretos, quer pela sua representatividade, quer pelo seu caráter de exceção.

TITLE: From the scroll to the e-book: a brief history of book format

ABSTRACT: This article presents a brief historical perspective on the format of the book, from its beginnings to the present, referring to the most relevant actors and the technical and material conditions that most influenced the book's format. The general characteristics of the book's format and the main circumstances that define it are discussed, also exploring its importance and influence, throughout history, in reading and in its massification, as well as in the appreciation of the value of the book. Examples of concrete formats are also presented, either for their representativeness or for their exceptional nature.

